



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

	<p><i>Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes</i> Sónia Dias (Coord.), Ana Gama, António Carlos Silva, Helena Cargaleiro, Rosário Horta, Miguel Lemos e Maria do Rosário Martins Abril de 2018, Estudos OM 62 Observatório das Migrações Alto Comissariado para as Migrações (ACM) ISBN 978-989-685-093-7</p> <p>Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt Contacto: om@acm.gov.pt</p> <p>Investigação com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia</p> 
---	---

Resumo:

A migração é um fenómeno global que tem vindo a intensificar-se, afetando a generalidade dos países, sejam de origem, de trânsito ou de acolhimento. A Europa tem assistido a um aumento do fluxo migratório nas últimas décadas, registando um total de 49400661 imigrantes internacionais em 1990, 57639114 em 2000 e 69819282 em 2010 (United Nations, 2009). Estima-se que nesse ano, a população de imigrantes internacionais representou 9,5% do total da população europeia (United Nations, 2009). Em Portugal, de acordo com os dados mais recentes divulgados no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no final de 2011 a população estrangeira residente totalizava 436 822 cidadãos (SEF, 2012). Do total desta população, 50,2% era do sexo masculino e as nacionalidades mais representativas eram a Brasileira (25,5%), a Ucraniana (11,0%), a Cabo-Verdiana (10,1%), a Romena (9,0%) e a Angolana (4,9%) (SEF, 2012).

As características da imigração e das próprias populações imigrantes têm vindo a modificar-se, levando a que o conhecimento das tendências migratórias e do seu impacto nos países e populações envolvidas constitua atualmente uma preocupação da comunidade internacional (Carballo & Nerukar, 2001; IOM, 2003). Numa perspetiva de saúde pública em particular, o maior impacto dos fluxos migratórios coloca-se ao nível da saúde das populações e da pressão exercida por este fenómeno nas dinâmicas dos serviços de saúde.

O estado de saúde das populações imigrantes, condicionado por diversos fatores interdependentes, é atualmente reconhecido como indicador de integração nas sociedades de acolhimento (Carballo, Divino & Zeric, 1998; Machado, 2007; Peiro & Benedict, 2009). No entanto, apesar da escassez de informação, a maior parte das investigações e dos indicadores de saúde disponíveis apontam no sentido de que alguns grupos de imigrantes tendem a apresentar uma maior vulnerabilidade a doenças e problemas de saúde (Dias & Gonçalves, 2007; Dias, Severo & Barros, 2008; Machado *et al.*, 2006). As condições em que a migração se processa e os determinantes de saúde associados ao processo migratório refletem muitas



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

vezes desigualdades sociais que contribuem para uma maior vulnerabilidade à doença, nomeadamente situações económicas desfavorecidas, consequência de uma situação laboral instável e precária, deficientes condições de habitação, isolamento social resultante do afastamento e rutura das relações sociais, choque de culturas e estilos de vida, dificuldades linguísticas e relacionadas com os sistemas administrativos e legais (Peiro & Benedict, 2009; Politzer *et al.*, 2001; Stronks, Ravelli & Reijneveld, 2001). Simultaneamente, as atitudes negativas face aos imigrantes, a estigmatização e a discriminação quanto à sua origem étnica, crenças religiosas ou condição de imigrante têm muitas vezes impacto no estado de saúde e bem-estar destas populações (Wolffers, Verghis & Marin, 2003).

O acesso e a utilização dos serviços de saúde pelos imigrantes são aspetos importantes para a diminuição da morbilidade nestas populações e por isso têm sido considerados condições fundamentais para a sua saúde, bem-estar e integração (Kristiansen, Mygind & Krasnik, 2007; Nordhaus, 2002; Solar & Irwin, 2007). Neste contexto, a gestão da saúde e promoção do bem-estar das comunidades imigrantes tem implicado que os sistemas de saúde respondam adequadamente às suas necessidades, nomeadamente no que se refere à disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos serviços prestados (Dias & Gonçalves, 2007; Janssens, Bosmans & Temmerman, 2005; Reijneveld, 1998). Todavia, diversos estudos têm indicado que as populações imigrantes não são muitas vezes abrangidas pelos sistemas de saúde dos países de acolhimento ao nível da prevenção e tratamento da doença e promoção e proteção da saúde (Dias *et al.*, 2008; Fennelly, 2004; Fonseca, Esteves, McGarrigle & Silva, 2007; Machado *et al.*, 2006; WHO, 2010).

Neste contexto, a investigação na área da saúde e imigração tem-se preocupado em compreender os aspetos relacionados com o acesso e utilização dos serviços de saúde, identificando os fatores que facilitam ou impedem a utilização destes serviços. Neste sentido tem sido reconhecida a influência de fatores associados ao indivíduo, à relação entre profissionais e utentes e aos serviços de saúde. De uma forma sintética, os fatores do acesso e utilização dos serviços que se situam ao nível do indivíduo abrangem as características sociodemográficas, as atitudes e crenças face à saúde e doença e aos profissionais e serviços de saúde, e o conhecimento sobre o direito ao acesso aos serviços e o seu funcionamento. Ao nível dos profissionais de saúde, alguns fatores estão relacionados com as dificuldades linguísticas, o desconhecimento por parte dos profissionais sobre os determinantes culturais que influenciam as práticas de saúde dos utentes, as atitudes dos profissionais, a ausência de competências culturais na prestação de cuidados de saúde e o desconhecimento sobre o enquadramento legal do acesso destas populações aos serviços (Andersen, 1968, 1995; Andersen & Newman, 1973; Dutton, 1986; Scheppers, Dongen, Dekker, Geertzen & Dekker, 2006; Sheeran & Abraham, 1996). No que respeita aos serviços de saúde, apesar da garantia legal do acesso à saúde em Portugal, algumas dificuldades no acesso aos serviços ainda persistem, o que se deve em parte a fatores relacionados com a disponibilidade, acessibilidade, organização e capacidade de resposta destes serviços às necessidades da população imigrante (Dias *et al.*, 2008; Dias & Rocha, 2009; Fonseca, Silva, Esteves & McGarrigle, 2009).

Embora as questões relacionadas com a saúde dos imigrantes venham progressivamente a assumir maior relevância na agenda da investigação internacional e nacional, persistem lacunas no conhecimento desta temática. O desenvolvimento de estudos nesta área é relevante dada a necessidade de tornar os serviços de saúde e os profissionais mais adaptados à diversidade cultural existente e operacionalizar os princípios da equidade em saúde. A adequação dos serviços de saúde, bem como a promoção do seu acesso e utilização pelos imigrantes contribuem para uma melhoria da saúde e da qualidade de vida desta



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

população (Kristiansen *et al.*, 2007). Um maior conhecimento na área pode auxiliar os decisores políticos na identificação de necessidades e no desenvolvimento de políticas e estratégias orientadas para a promoção do acesso e utilização dos serviços e a adequação da prestação de cuidados de saúde aos imigrantes, levando a efetivos ganhos em saúde nestas comunidades. A compreensão das perspetivas das comunidades imigrantes e dos profissionais de saúde sobre a temática pode ainda permitir identificar potenciais oportunidades de intervenção com estas populações, atendendo às necessidades de ambos os grupos.

Neste contexto desenvolveu-se o projeto de investigação “Atitudes e representações face à saúde e doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes: Em direção a serviços de saúde amigos dos imigrantes”, promovido pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical/Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT) e outras instituições académicas, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (IME/SAUESA/81760/2006). Este projeto teve como objetivos explorar as atitudes e representações face à saúde, doença, acesso e utilização dos serviços de saúde pelos imigrantes, tanto na perspetiva destas comunidades como dos profissionais que exercem funções nos centros de saúde. Para a concretização dos objetivos propostos desenvolveram-se dois estudos quantitativos através da aplicação de um inquérito por questionário a imigrantes residentes em Portugal (provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa, do Brasil e de países da Europa de Leste) e a profissionais (médicos, enfermeiros e administrativos) dos serviços de cuidados de saúde primários da região de Lisboa e Vale do Tejo. No âmbito deste projeto foi ainda desenvolvido um estudo qualitativo através da realização de grupos focais com elementos das comunidades imigrantes e profissionais de saúde.

O presente livro está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo consiste num breve enquadramento teórico sobre os temas da migração, saúde e acesso e utilização dos serviços de saúde. Os três capítulos seguintes são dedicados à apresentação da investigação desenvolvida, em que se descrevem os objetivos, os métodos e os resultados dos estudos empíricos junto de imigrantes e profissionais de saúde. No último capítulo são apresentadas a discussão e as conclusões gerais deste trabalho, bem como as principais recomendações para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para uma maior adequação dos serviços de saúde à diversidade cultural e promoção do seu acesso e utilização pelos imigrantes.